

Projeto Resgate: ampliando os horizontes da história luso-brasileira.

Project Rescue: expanding horizons of history Luso-Brazilian.

Érika Dias*

Luiz Gustavo Lima Freire**

Resumo: A administração portuguesa em seu império colonial durante sua duração pode ser pesquisada e estudada nos documentos que compõem os fundos do Conselho Ultramarino e da Secretaria de Marinha e Ultramar, os principais órgãos administrativos para o Ultramar, ambos custodiados atualmente pelo Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa. O Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco, do Ministério da Cultura do Brasil atua nesse arquivo, onde desde 1998, suas equipes de trabalho vem identificando e descrevendo os documentos relativos ao Brasil, disponibilizando importantes informações aos historiadores em geral e aos brasileiros, em particular.

Palavras-chave: História do Brasil. História do Império Português. Pesquisa histórica. Administração Colonial Luso-Brasileira. Descrição Arquivística.

Abstract: The Portuguese Administration in their colonial empire during their life-time can be researched and studied in the records of the archive groups called Conselho Ultramarino and Secretaria de Marina e Ultramar, just the main agencies for the possessions in America, Africa and Asia. Both archive groups are nowadays in the Arquivo Histórico Ultramarino, in Lisbon. A historical research and archival description project called Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco, of the Brazilian Secretary of Culture, has worked in this institution by the last fourteen years in identifying and describing the records related to Brazil, making possible the complete access to important informations for historical researchers, in general and to the brazilian ones, in particular.

Keywords: History of Brazil. Historical Research. Colonial Luso-Brazilian Administration. Archival Description.

O estudo da história colonial nunca foi tarefa fácil para os investigadores. Para os brasileiros era mais complicado ainda, uma vez que as fontes para o estudo desta especialidade da História se encontravam a milhares de quilômetros de distância, do outro

* Doutoranda em História - UNL/investigadora do Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa e supervisora do Projeto Resgate no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU).

** Doutorando em Psicologia da Educação – U.L. Colaborador do Projeto Resgate no AHU. Ambos bolsistas da Fundação para a Ciência e Tecnologia a quem agradecem.

lado do Atlântico. Era necessário viajar à Europa para poder ler e analisar as cartas, ofícios e despachos dos vice-reis do Brasil e demais governadores coloniais sobre as mais diversas matérias, desde comércio colonial e defesa do território ao tráfico de escravos, administração, governo e aplicação da Justiça, além de toda a massa documental relativa à administração do dia-a-dia da América Portuguesa.

Dentro deste contexto, o Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco facilitou e expandiu o acesso às fontes para a história do Brasil colonial, ao tratar, microfilmar e digitalizar a documentação que diz respeito às “terras de Vera Cruz” existente no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e ao depositar uma cópia de todos os microfilmes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e parte deles em arquivos estaduais e universidades públicas brasileiras. Por se tratar da relação entre Brasil e Portugal desde 1500, o Projeto propiciou ao estudante de várias áreas do conhecimento científico (História, História da Arte, Educação, Filologia, Paleografia, Sociologia, etc.) a possibilidade de conhecer, de aprofundar estudos e de escrever artigos, teses e livros acerca deste nosso passado comum. Podemos exemplificar com dois casos, por exemplo, recentemente foi desenvolvido um estudo por Megale e Neto (2006) denominado “Por Minha Letra e Sinal”, baseado na documentação do AHU, referente às capitanias de São Paulo e Minas Gerais, cujos microfilmes se encontram na USP. Depois da pesquisa nos documentos manuscritos dos séculos XVII e XVIII, os pesquisadores buscaram novas informações sobre a época das bandeiras e constaram o português então praticado. Através de entrevistas observaram os traços da língua portuguesa que resistiram ao tempo e permaneceram até hoje nas cidades erguidas sobre os antigos caminhos do ouro. Outro exemplo é o das teses de doutoramento de estudantes brasileiros defendidas na Universidade do Porto. Souza (2008) realizou um estudo no âmbito de um doutorado, intitulado “O Desenho no Brasil do Século XVIII”, utilizando a documentação manuscrita depositada no AHU e tratada pelo Resgate, como fonte primordial para o estudo do desenho na sociedade do Brasil colonial.

Se transportar os microfilmes e Cds desta documentação para o Brasil, percorrendo o mesmo caminho que muitos navegadores a partir de Cabral fizeram e também um rei e uma Corte, facilitou a investigação em história colonial para os pesquisadores, graduandos e alunos de pós-graduações espalhados pelo Brasil, também propiciou o aumento da pesquisa para todos os portugueses e estrangeiros que se deslocam até o Arquivo Histórico e comodamente conseguem o acesso aos catálogos publicados ou em formato digital disponíveis naquele arquivo. Estamos falando de D. João VI cuja saída de Portugal completou 200 anos no final de 2007, e dos diversos congressos em Portugal e Brasil que assinalaram este fato histórico singular na história comum dos dois países.

As buscas temáticas, por palavra-chave, ou onomástica, apresentam-se agora

altamente facilitadas. Afinal, são dezenas de milhares de verbetes contendo o resumo do documento, a data, o autor, o destinatário e os anexos que por ele são abrangidos. Pois é sempre bom lembrar que os arquivos ditos históricos possuem nas caixas, nos maços, nos códices, um pouco de tudo: modos de governar, de educar, de viver... informações que ultrapassam em muito o interesse dos pesquisadores/historiadores. São de interesse de todos: políticos e pessoas comuns (BERTOLETTI, 2011). E não é diferente no Arquivo Histórico Ultramarino ou AHU, como será doravante tratado.

O AHU está instalado no Palácio da Ega em Lisboa, e foi criado em 1931, para atender à necessidade de reunir toda a documentação sobre a administração ultramarina portuguesa. Relativamente ao Brasil, as fontes de informações - troca de correspondência entre as autoridades locais e o poder central na metrópole, o controlo e desenvolvimento das carreiras burocráticas eclesiásticas, militares, assim como a movimentação dos agentes delegados do império - revelam-se em cerca de duas mil caixas de documentos avulsos, em mais de oitocentos e trinta códices, bem como, nas coleções de iconografia e cartografia. Trata-se de um acervo de valor incalculável, dada a sua diversidade temática. São todas as espécies de documentos (leis, regimentos, instruções, mapas, etc.) concernentes aos mais de trezentos anos de administração colonial portuguesa no Brasil (ABRANTES, 1997; ABRANTES e MARTINHEIRA, 2002).

Segundo Heloísa Bellotto (2005) consultora arquivística e coordenadora acadêmica do Resgate, este Projeto, do Ministério da Cultura do Brasil, teve início em 1995, e é um projeto arquivístico de cooperação internacional e de “pesquisa remota” pois proporciona aos pesquisadores, à distância, a possibilidade de lerem os documentos através de microfimes e CD-ROMs. Nesse empreendimento colaboram vários ministérios, entre os quais, o das Relações Exteriores, universidades públicas e privadas, fundações e instituições culturais e de apoio à pesquisa brasileiras e estrangeiras, institutos histórico-geográficos, prefeituras, empresas privadas, além dos arquivos europeus, que acolhem e disponibilizam o acesso à infra-estrutura e ou à informação, entre eles, o Arquivo Histórico Ultramarino, a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e a Fundação Calouste Gulbenkian. Ressalta-se ainda, a equipe mutável de mais de uma centena de pesquisadores, predominantemente brasileiros, mas também portugueses, que têm atuado nos arquivos de Portugal, Espanha, Itália, Vaticano, Inglaterra, França e Holanda.

Para falar do “Resgate” temos de situá-lo no contexto dos acordos diplomáticos feitos através da UNESCO. Com a implementação de projetos e políticas na área do Patrimônio Arquivístico Comum, a partir de 1959, vários países e comunidades puderam ter acesso às memórias comuns que por razões históricas foram formadas ou produzidas a partir das

relações de diversas naturezas entre povos ou Estados. Tal reconhecimento abriu as portas para a construção de acordos, visando a recuperação de registos documentais que estando em posse de uma das partes, passou ao mesmo tempo a ser direito de outras dentro do mesmo contexto envolvidas.

No âmbito desta linha de pensamento, algumas décadas depois, nasceu o Projeto Resgate Barão de Rio Branco, que procurou salvaguardar através de microfilmes toda a documentação referente à História do Brasil espalhada pelo mundo. E sendo o Brasil colônia portuguesa por mais de 300 anos, a maior parte de sua história encontra-se depositada em arquivos lusos, sendo o principal deles o AHU.

Desde 1985 o governo brasileiro procurou através de acordos diplomáticos a permissão para tratar e microfilmear a documentação do império português que era comum as duas partes do antigo império marítimo português, e na década de 1990 as tentativas surtiram efeitos. Portugal consentiu que pesquisadores brasileiros e portugueses tratassem, catalogassem e microfilmassem as mais de 28 séries que dizem respeito às diversas capitanias brasileiras, bem como, séries que abrangem outras áreas do ultramar português, e que direta ou indiretamente se interligam com o Brasil por questões econômicas, administrativas, políticas ou por laços de parentesco entre os diversos agentes da governação portuguesa no Brasil e no ultramar.

O Projeto Resgate é coordenado pelo Ministério da Cultura do Brasil, como foi referido, através de sua Assessoria Especial na pessoa da Dra. Esther Bertoletti (coordenadora técnica) e visa organizar, catalogar e microfilmear a documentação do Brasil fora do território brasileiro. “Através do Projeto arquivos foram copiados para fazer a História do Brasil” (BERTOLETTI, 2007: 35).

O esforço resultou no depósito de milhares de rolos de microfilmes disponíveis no AHU, na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro e em algumas outras instituições no Brasil, Portugal, Espanha, Itália, Holanda e Estados Unidos. Atualmente, além de Portugal, o Projeto está organizando e microfilmando documentos na Espanha, Holanda e Áustria. O Projeto em Portugal integrou-se nas comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil pelos portugueses e está ancorado no Programa da Unesco do Guia de Fontes para a História das Nações, embora seja mais ambicioso, pois, no que diz respeito ao Arquivo Histórico Ultramarino, tem elaborado catálogos de verbetes com a descrição de cada um dos documentos, de introduções temáticas, metodológica e técnica e de índices temáticos, onomásticos e topográficos.

Historicamente o sentido de buscar fontes em diferentes arquivos para torná-las mais acessíveis aos historiadores situa-se no século XIX, nos parâmetros da Filosofia e Historiografia positivistas, na preocupação com as nacionalidades, ou seja, no surgimento

das instituições a serviço da cultura, da pesquisa, do culto aos símbolos nacionais e da organização burocrática. No Brasil, surgiram a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, o Museu Nacional de Belas Artes, o Arquivo Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Essas duas últimas, que contavam com o apoio do Imperador D. Pedro II do Brasil, se preocuparam sobremaneira com os documentos de interesse para o Brasil, que se encontravam no exterior (BELLOTTO, 2005).

O Projeto Resgate representa uma continuação dessa preocupação, embora revestido de outras características e objetivos, mais condizentes com as modernas tendências da pesquisa e da historiografia.

Com o Projeto Resgate no AHU, as capitânicas passaram a ter novas cotas que as designam, por exemplo, a sigla alfa numérica CU_005 corresponde a Bahia, a sigla CU_005-01 a documentação da Bahia catalogada por Castro e Almeida e a sigla CU_005-02 a documentação catalogada pela Luísa da Fonseca. O Rio de Janeiro tem a sigla CU_017 para a documentação avulsa e CU_017-01 para os documentos catalogados por Castro e Almeida e Pernambuco tem a sigla CU_015.

Informações sobre as séries do Brasil, cotas, nº de caixas e de documentos segue no quadro abaixo¹:

| Série | Cds | Rolos de microfilmes | Caixas | Nº. de docs. | Datas ext. |
|--------------------|-----|----------------------|--------|--------------|-------------|
| 003-Brasil-Geral | | 44 | 46 | 3799 | 1610 – 1832 |
| 004-Alagoas | 1 | 9 | 7 | 532 | 1680 – 1826 |
| 005-Bahia | 32 | 293 | 281 | 19610 | 1604-1828 |
| 005-01 BA_CA | 25 | 143 | 151 | 30374 | 1613-1807 |
| 005-02 BA_LF | 6 | 38 | 34 | 4384 | 1599-1700 |
| 006-Ceará | 3 | 22 | 24 | 1436 | 1618-1832 |
| 007-Espírito Santo | 2 | 7 | 8 | 1549 | 1585-1822 |
| 008-Goiás | 7 | 73 | 56 | 2950 | 1731-1822 |
| 009-Maranhão | 14 | 199 | 180 | 13118 | 1614-1833 |

¹ As Séries do Brasil foram tratadas pelo Projeto Resgate. No Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) o projeto tratou, catalogou e microfilmou 38, 96% dos 2133 livros de registo (códices) do AHU e 56, 6% das 4279 caixas do fundo Conselho Ultramarino (sécs. XVI-XIX).

| | | | | | |
|-------------------------|----------------------|-----|-----|-------|-----------|
| 010-Mato Grosso | 9 | 39 | 44 | 2221 | 1720-1827 |
| 011-Minas Gerais | 54 | 174 | 189 | 13969 | 1680-1832 |
| 012-Sacramento | 1 CD Rio da Prata | 9 | 8 | 662 | 1682-1826 |
| 01316-Pará | 16 | 178 | 165 | 12690 | 1616-1833 |
| 014-Paraíba | 6 | 57 | 50 | 3523 | 1593-1826 |
| 015-Pernambuco | 25 | 336 | 290 | 20029 | 1590-1825 |
| 016-Piauí | 5 | 37 | 32 | 1716 | 1684-1828 |
| 017-Rio de Janeiro | 20 | 287 | 295 | 20964 | 1614-1830 |
| 017-01 RJ-CA | 7 | 83 | 88 | 20485 | 1617-1757 |
| 018-Rio Grande do Norte | 1 | 12 | 10 | 684 | 1623-1823 |
| 019-Rio Grande do Sul | 2 | 15 | 13 | 822 | 1732-1825 |
| 020-Rio Negro | 2 | 21 | 18 | 750 | 1723-1825 |
| 021-Santa Catarina | 1 | 11 | 10 | 619 | 1717-1827 |
| 022-Sergipe | 2 | 7 | 6 | 495 | 1619-1822 |
| 023-São Paulo | 4 | 33 | 30 | 1383 | 1644-1830 |
| 023-01 SP-MG | 7 | 70 | 66 | 5113 | 1618-1805 |
| 030-Serviço de Partes | | 4 | 5 | 684 | 1618-1807 |
| 035-Ultramar | | 26 | 36 | 3053 | 1581-1832 |

| | | | | | |
|---------------------------------|---|------|---|------------|---------------|
| 050- Contratos do Sal | | 3 | 2 | 138 | 1700-1801 |
| 059-Brasil- Limites | | 5 | 4 | 289 | 1699-1843 |
| 065- Montevideu | No mesmo CD do Rio da Prata | 3 | 4 | 224 | 1778-1824 |
| 066-Buenos Aires | Rio da Prata | 1 | 1 | 22 | 1753-1823 |
| 071- Paraguai | Rio da Prata | 1 | 1 | 27 | 1618-1762 |
| 076-Reino | | | Cerca de 500 caixas Feitas 141 (Resgate) | | Séculos XV-XX |
| 084-Visita do Ouro | | 1 | 1 | 54 | 1771-1788 |
| 089- Conselho Ultramarino | 1 | 22 | 22 | 2020 | 1642-1833 |
| Séries | | 2495 | Caixas | Documentos | Datas |

Volumes:

| | | | | | |
|--------------------------------|-------------------------------|--|------|------------------------------------|------|
| (Cód. I e II) 232+21 | 831 (Cód. I, II, III) | 253 rolos de microfimes Total (caixas e códices): 2748 | | | |
| 2748 Rolos | 2177 cxs + 831 códices. | 190.388 Docs (mais os do Reino, cerca de 195 mil documentos tratados pelo Resgate) | | | |
| Total códices existentes | 2133 | Total caixas existentes | 4279 | Totais volumes Caixas e códices | 6412 |
| Códices | 831 | Caixas Resgate | 2422 | Totais Resgate | 3253 |

| | | | | | |
|------------------|--------|-----------|--------|------------------|--------|
| Resgate | | | | Caixas e códices | |
| Diferença | 1302 | Diferença | 1857 | Diferença | 3159 |
| % Resgate | 38,96% | % Resgate | 56,60% | % Resgate | 50,73% |
| Códices feitos | 1572 | | | | |
| Diferença | 561 | | | | |
| % Códices feitos | 73,70% | | | | |

Vale ressaltar que além das capitânicas do Brasil, o Projeto também tratou e microfilmou séries como o Ultramar 1581-1834 (36 caixas - 3053 documentos) cuja temática versa sobre armação de navios, comércio, período filipino, guerras contra os holandeses, degredados militares e políticos do período miguelista; o Conselho Ultramarino 1642-1833 (22 caixas - 2020 documentos), que trata dos papéis dos funcionários deste tribunal que legislava sobre todas as colônias, que recebia as petições dos vassallos portugueses e que produzia consultas, pareceres ao rei acerca dos pedidos e das mais diversas questões administrativas no ultramar; e o serviço de partes 1618-1807 (5 caixas - 684 documentos) cuja documentação informa as acções dos militares que lutaram nas guerras contra os holandeses e na restauração portuguesa, em sua maioria.

Também 831 códices (livros de registros) contendo cópias de alvarás, decretos, provisões, consultas, cartas, escritos, avisos e outros papéis dos reis, dos Conselhos Ultramarino e da Fazenda, dos secretários de Estados e diferentes autoridades metropolitanas e coloniais.

Os números gerais do Projeto impressionam pela grandeza, são mais de 195 mil documentos tratados, 2748 rolos de microfilme e 297 CDs, que se encontram à disposição dos pesquisadores em grande parte dos arquivos brasileiros, efectivamente na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, e também no AHU em Lisboa.

A Série Reino, que actualmente está sendo ordenada e descrita, é formada por cerca de 550 caixas, das quais se encontram inventariadas 200, principalmente dos séculos XVI, XVII e XIX. A documentação está sendo tratada, organizada caixa a caixa, descrita, carimbada e numerada pelo Projeto Resgate em colaboração com o Arquivo Histórico Ultramarino. Actualmente está sendo preparado um instrumento de pesquisa que estará a disposição dos investigadores com a elaboração de verbetes para cada um dos documentos. Em linhas gerais, podemos dizer que as caixas para este período são compostas sobretudo de cartas, requerimentos, consultas, mandados, despachos, oriundos do Conselho da Fazenda e da Casa da Índia, e que tratam de questões internas como o desembaraçamento da carga dos navios e seu armazenamento na Casa da Índia, o

pagamento de propinas aos oficiais, guardas e provedores da dita casa; o apresto de armadas para a Índia e Brasil, dos contratos das especiarias da Índia, do pau-brasil e do açúcar brasileiro e todo o mais necessário para a saída das armadas.

Também encontramos documentos que evidenciam a preocupação com a cobrança de impostos e arrecadações de dinheiro para sustentação das guerras filipinas na Europa e principalmente no Brasil. E todo o mais necessário para o levantamento de soldados em todo o Reino, a contratação de mercenários estrangeiros, o pagamento dos soldos, para os soldados e para os oficiais responsáveis pelo recrutamento voluntário ou forçado para as armadas, sobretudo às que foram socorrer o Brasil no século XVII.

Nos documentos do século XVIII verifica-se uma maior diversidade de assuntos e de tipos documentais, a diversidade das espécies documentais pode ser atribuída a ampliação de competências de alguns órgãos centrais da Coroa e o desempenho simultâneo de um mesmo secretário em pastas ministeriais diferentes. Encontramos desde cartas régias e provisões para os governos coloniais, ofícios sobre a defesa costeira, saúde pública e navegação, bem como requerimentos de funcionários do Conselho Ultramarino e da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar; memórias sobre recursos botânicos e minerais, cunhagem de moeda, contas de gastos com obras impressas, projetos de tratados de paz e de comércio com diversas cortes da Europa, memórias históricas, escritos, cartas particulares, passaportes e ofícios de chefes de missões diplomáticas portuguesas e estrangeiras.

A documentação do final do século XVIII e os anos seguintes já no século XIX apresenta papéis que se referem aos problemas decorrentes das guerras de expansão da França napoleônica, da transferência da Corte para o Brasil e de todo o conjunto de transformações de ordem política, desde a revolução do Porto, a volta de D. João VI, a regência de D. Isabel Maria, até a guerra civil que se segue de 1828 a 1834 por conta da crise de sucessão ao trono português. (DIAS, 2011)

Para compreendermos melhor a divisão geográfica e cronológica da documentação do AHU, passaremos a dar alguns esclarecimentos sobre a forma como o AHU está dividido. Podemos dizer que os papéis que se encontram depositados no AHU são oriundos de três fundos, o do Conselho Ultramarino (séc. XVI a 1833), o da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (1834-1910) e o do Ministério do Ultramar (1911-1975) (MARTINHEIRA, 2001; IRIA, 1966).

O AHU recebeu documentação do Arquivo do Ministério das Colônias, proveniente de diversos organismos ligados à administração ultramarina, além de documentação remetida pelos governos coloniais. O seu acervo antigamente era dividido em duas seções. A primeira compreendia a documentação mais antiga, de meados do século XVI até 1833

(dos fundos Conselho Ultramarino e Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar) e a 2ª, compreendia a documentação posterior a 1833 (da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar somente e do Ministério do Ultramar) (ABRANTES, 1997).

Além do Conselho Ultramarino, a 1ª seção tem documentos oriundos do Conselho da Fazenda, Mesa da Consciência e Ordens, Casa da Índia, Conselho da Índia e Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar.

Sobre o Conselho Ultramarino podemos dizer que com a Restauração Portuguesa em 1640, D. João IV sentiu a necessidade de criar um tribunal com o objetivo de centralizar a administração em além-mar. Órgão cuja esfera de administração era vasta, pois segundo o seu regimento, competia ao conselho todos os assuntos de qualquer qualidade referentes à Índia, Brasil, Guiné, São Tomé, Cabo Verde, restantes partes ultramarinas e lugares de África, bem como a administração da Fazenda de todos os domínios ultramarinos, o provimento de todos os cargos de Justiça, Guerra e Fazenda e a consulta de todas as naus e navios a serem enviados para o ultramar.

Em 1736 é criada a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, e era da sua competência todas as atribuições da Marinha, obviamente, e os negócios respeitantes ao ultramar. Pertencia ao seu domínio a administração da Justiça, comércio, Fazenda Real, Governo dos domínios ultramarinos e negócios das missões, bem como, nomeações de governadores, capitães-generais, vice-reis, e todos os cargos civis e militares do ultramar. Aparentemente a Secretaria ao ser criada acabou por retirar algumas das competências do Conselho Ultramarino, como este havia feito com o Conselho da Fazenda, principalmente no que diz respeito às colônias.

É no âmbito destes dois fundos, que no AHU estão juntos e nomeados com a sigla CU (Conselho Ultramarino) que encontramos as séries do Brasil já descritas acima, os documentos de todas as capitanias brasileiras, depositados na sala do Brasil, bem como os códices (livros de registo) e a documentação da Índia, da África e do Reino.²

Atualmente percebe-se um novo interesse por parte dos estudantes, professores e pesquisadores brasileiros na área de História em investigar o período colonial, e isso, deve-se principalmente à simplificação no acesso às fontes de pesquisa histórica propiciada pelo Projeto Resgate. Em Portugal, o tratamento das fontes proporcionou ao pesquisador a facilidade de cruzar dados, a possibilidade de explorar outras periferias do império atlântico português, que não a Índia e África, e de perceber melhor a circularidade dos agentes da governação da Coroa Portuguesa em mais de 4 séculos, compreendendo os circuitos que os documentos faziam, a forma como eram recebidos, despachados e resolvidos pelo rei e seus tribunais no Reino, e como as elites locais puderam influenciar as autoridades

² Do fundo conselho Ultramarino o Resgate tratou e microfilmou 37 das 47 séries que o compõem.

delegadas e negociar seus privilégios e fazer suas reivindicações diretamente às autoridades ou ao próprio rei.

Esta é uma amostra dos resultados do Projeto Resgate – Lisboa, que com o esforço do governo brasileiro, através do Ministério da Cultura, a permissão do governo português, e com algum apoio da Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses e da Fundação Calouste Gulbenkian, difundiu o acesso às fontes, contribuindo para a construção da identidade, da cultura, propiciando um aprofundamento da relação histórica que une Brasil e Portugal, uma vez que os documentos desta história comum estão disponíveis aos interessados dos dois lados do Atlântico.

Referências Bibliográficas

ABRANTES, M. L. Fontes para a história do Brasil Colonial existentes no Arquivo Histórico Ultramarino. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 10, nº 1, 1997, p. 1-12.

ABRANTES, M. L.; MARTINHEIRA, J. S. A Modernização do AHU e a valorização do Patrimônio Documental. **Revista Africana**, nº 24, 2002.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos Permanentes: Tratamento Documental**. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2005, p. 279-291.

BERTOLETTI, E. C. Arquivos copiados para fazer a História do Brasil. [13 de Outubro, 2007]. Lisboa: Diário de Notícias. Entrevista concedida a Leonor Figueiredo.

_____. **Arquivos - Escaninhos da Memória**. Blogue História Lusófona do Instituto de Investigação Tropical (Lisboa). Disponível em:

<http://www2.iict.pt/?idc=102&idi=11716>. Acesso em: 14 de mar. 2011.

Dias, E. A ida da Corte para o Brasil na Documentação do Arquivo Histórico Ultramarino *in* **Portugal, Brasil e a Europa Napoleônica**, Lisboa, ICS, cap. 24, 2011.

IRIA, A. Inventário Geral dos Códices do Arquivo Histórico Ultramarino apenas referentes ao Brasil (fontes para a história luso-brasileira). **Revista Studia**, Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, separata nº 18, p. 41 -192, 1966.

MARTINHEIRA, J. **Catálogo dos Códices do Fundo do Conselho Ultramarino relativos ao Brasil existentes no Arquivo Histórico Ultramarino**. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura; Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

MEGALE, H.; NETO, S. **Por Minha Letra e Sinal**. São Paulo: Editora Ateliê, 2006.

SOUZA, A. W. **O Desenho no Brasil no Século XVIII. Ornatos de Documentos e Figurinos Militares**. Porto: Universidade do Porto, 2008 (Tese de Doutorado).

Recebido em *Março* de 2011

Aprovado em *Junho* de 2011